

da, de conteúdo mais apropriado a profissionais com conhecimento prévio na área. Nesse aspecto, um exemplo são as referências ao método Ramsey de precificação de tarifas, que não chega a ser objeto de tratamento aprofundado ao longo do capítulo. Essa diferença de tratamento é compreensível, haja vista tratar-se de bloco ambicioso, voltado à análise de temas que, por si só, seriam merecedores de estudo isolado e exaustivo. O resultado geral é positivo, servindo para direcionar a obra não apenas a estudantes, mas também aos profissionais de cada área. Merece destaque o capítulo sobre a “Regulação dos Mercados Financeiros”. Em decorrência da *expertise* dos autores no tema, este acaba apresentando-se como o melhor capítulo desse bloco, inclusive com apêndice rico em informações sobre o setor, indicado a profissionais que estejam realizando pesquisas neste campo.

Por fim, cabe salientar outros aspectos merecedores de atenção na obra. Os autores evitam recorrer excessivamente a anglicismos, procurando definir termos em português para expressões como “*law & economics*” e “*price cap*”, dentre outras. Essa preocupação, aliada aos exemplos práticos e aplicações referentes à realidade brasileira, incentivam o desenvolvimento da literatura nacional sobre o tema. Há ainda que se ressaltar os quadros explicativos inseridos nos capítulos. Estes se encontram muito bem situados e servem para introduzir um agradável corte na explicação teórica, apresentando a aplicação prática deste ou daquele instituto. Os recortes de jornais em

especial podem ser de grande utilidade, especialmente em cursos de graduação, permitindo demonstrar a aplicabilidade dos conceitos, a atualidade da discussão e contribuindo para o equilíbrio entre uma abordagem analítica e pragmática na obra.

Em conclusão, pode-se dizer que o livro atende aos interesses de alunos de graduação e de profissionais do mercado. Os dois primeiros blocos, mais introdutórios, apresentam uma sistematização adequada sobre a importância do tema e a relação entre direito e economia. Ademais, esses blocos propiciam uma boa introdução ao ferramental desenvolvido pela denominada análise econômica do direito. O último bloco, com seus devidos temperamentos, pode ser indicado a profissionais já versados na área. As observações realizadas a respeito desse último bloco não diminuem de forma alguma os méritos acima referidos, e nem o fato de ser esse um dos mais abrangentes estudos sobre o tema realizados no Brasil. Em suma, trata-se de trabalho original e extremamente relevante, de modo que tanto os estudiosos de direito quanto os de economia têm muito a ganhar com sua leitura.

Caio Mário da Silva Pereira Neto

Professor de Direito Econômico da Escola de Direito de São Paulo (FGV/SP)

Gustavo Mathias Pinto

Bacharel em Direito pela USP e em Administração de Empresas pela EAESP-FGV

The New Development Economics — After the Washington Consensus.

Editado por Jomo KS e Ben Fine

Tulika Books e Zed Books, 2006.

O termo Consenso de Washington, cunhado por John Williamson em 1990, continua rendendo críticas de economistas ao se observar que o apregoado liberalismo econômico não respondeu às demandas sociais e econômicas, ao menos das sociedades menos desenvolvidas.

No livro *The New Development Economics — After the Washington Consensus*, onze diferentes economistas criticam o pensamento ainda dominante baseado no liberalismo como modelo

ideal de desenvolvimento econômico. O estudo específico sobre o Desenvolvimento Econômico tornou-se um ramo particular da economia a partir dos anos 50, no contexto da reconstrução do pós-guerra e, principalmente, durante a Guerra Fria, como forma de acelerar o desenvolvimento econômico. Eventos históricos importantes, como a experiência da Grande Depressão, haviam provocado uma revolução no pensamento econômico, principalmente a partir da análise de Key-

nes. O debate envolveu a necessidade da rápida industrialização como forma de promover o desenvolvimento a partir de uma economia agrária e dependente, culminando na discussão para se chegar à equidade e distribuição de renda. Os anos 80, contudo, podem ser considerados como a reversão desse modelo de desenvolvimento que, a despeito de décadas consecutivas de sucesso e de prosperidade econômica, mostrou exaustão principalmente a partir de exageros nas intervenções governamentais. Desde então, e auxiliada pelo colapso do comunismo, uma nova forma de pensamento econômico se mostrou dominante: o neoliberalismo. Ao emergir como pensamento econômico dominante, o neoliberalismo se associou à idéia da modernidade econômica e passou a ser visto como saída à estagflação econômica dos anos 70 e também como saída para reduzir o alto endividamento dos países em desenvolvimento, endividamento este que seria fruto, principalmente, da excessiva participação do Estado na economia. A saída para promover o desenvolvimento econômico, portanto, seria reduzir o que trava — o Estado — e liberar as forças que integram e promovem o investimento, a modernização e a otimização dos recursos disponíveis — o Mercado, alcançando a eficiência Paretiana. O livre comércio e a liberalização financeira seriam as molas propulsoras do crescimento e da prosperidade econômica, tornando fúteis as intervenções governamentais, desnecessárias e indesejáveis para se atingir o bem-estar das sociedades, a partir da hipótese de que o mercado é perfeito.

Diversos artigos do livro criticam as políticas recessivas e liberalizantes impostas pelo Banco Mundial e o FMI aplicadas aos países pobres e em desenvolvimento. Esses organismos arvoram para si o direito intelectual e de aplicação das políticas necessárias para se atingir o desenvolvimento econômico, e impõem sua hegemonia ideológica, sob a forma de programas de ajustamento econômico. Esses modelos de ajustamento, baseados no Consenso de Washington, aplicam uma metodologia que ignora os fatores históricos, as diferentes especificidades sociais e econômicas de cada país e as imperfeições do Mercado, levando essas economias a fracassos econômicos.

O centro da discussão continua sendo o papel do Estado e do Mercado e suas respectivas contribuições para o desenvolvimento econômico. Estes podem competir ou se complementar, conforme seu grau de participação nos diferentes

setores econômicos. Porém, argumentam os autores, nem o Estado mínimo nem o capitalismo selvagem, sob a forma de amplo liberalismo comercial e financeiro. Ora, se há imperfeições no Mercado, principalmente em países menos desenvolvidos, qualquer proposta de desenvolvimento deve considerar essas imperfeições. A intervenção do Estado pode corrigir certas imperfeições do Mercado e contribuir para sustentar e coordenar o desenvolvimento econômico, a exemplo do que ocorreu com os países asiáticos.

Por meio de uma série de artigos inteligentes e instigantes, os autores também propõem discutir qual seria “o novo desenvolvimento econômico” ou o “Post-Washington Consensus”. Em um dos artigos do livro, *Kicking away the logic - Free Trade is neither the question nor the answer for development*, Sonali Deraniyagala e Ben Fine procuram derrubar um dos argumentos centrais do Consenso de Washington, mostrando que o livre-comércio nem sempre promove o crescimento econômico e a prosperidade global, e que essa simples generalização não encontra respaldo em dados empíricos. A causalidade de liberalização comercial e crescimento econômico é difícil de ser provada e permanece inconclusiva, segundo os autores.

As críticas de outros autores se estendem ainda para as políticas comerciais que hoje dominam as discussões na Organização Mundial do Comércio. Em um tema específico — a liberalização do comércio para bens e serviços, por exemplo —, a OMC discute a remoção de barreiras para o comércio em educação superior, de forma a promover a competição internacional. Não seria esta uma nova forma de dominação ideológica, reduzindo a interação com relação aos aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais de uma sociedade? Ou uma forma de impor o pensamento, hoje hegemônico, do Consenso de Washington?

O livro discorre ainda sobre temas distintos que exercem importante papel no desenvolvimento, como a tecnologia, os resultados de políticas de privatização, a importância do capital humano e social, as conseqüências econômicas da corrupção e da governança e ainda temas sobre questões agrícolas e mesmo geográficas. Esses temas, a participação do Estado tem importância fundamental, quer coordenando políticas, quer participando ativamente como agente propulsor.

A ortodoxia convencional soube construir um conjunto firme e coerente de pensamento ideológico, difícil de ser combatido. Porém, pode-se considerar que os artigos desse livro compõem uma crítica a essa ortodoxia convencional, usando argumentos também coerentes. Muito embora tais artigos sejam coerentes em si, eles não o são entre si, faltando complementaridade para possi-

bilizar um conjunto mais harmônico de políticas alternativas voltadas para o desenvolvimento econômico. Tais políticas passam, obrigatoriamente, pela reformulação e participação do Estado.

Jairo Abud

Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas

Mercado de Capitais e Dívida Pública - tributação, indexação, alongamento

Edmar Bacha e Luiz Chrysostomo de Oliveira (orgs.)

Rio de Janeiro: Editora Contra Capa, 2006.

Um dos grandes desafios da economia brasileira é o estabelecimento de um mercado de longo prazo de títulos pré-fixados. Especialmente intrigante é a pouca relevância desse mercado, não obstante o fato de o país vivenciar um relativo controle inflacionário há cerca de doze anos. Ou seja, enquanto nossa estabilidade de preços se aproxima da adolescência, as LFT's (Letras Financeiras do Tesouro), títulos pós-fixados e símbolo máximo desta questão, já gozam a maioria há algum tempo, tendo completado vinte anos em 2006.

Obviamente, a comparação desses prazos deve ser qualificada notadamente pela ocorrência de sucessivos episódios de crises financeiras entre 1994 e 2002. Falar em alongamento e aumento de títulos pré-fixados em meio ao turbilhão das crises seria, no mínimo, um debate fora de lugar. Os últimos anos, contudo, apresentam um cenário internacional altamente favorável, sobretudo pela combinação de liquidez abundante e elevadas taxas de crescimento nos mercados emergentes e no G7. Tudo isso em um contexto de reduzidas taxas de inflação.

Neste sentido, o livro *Mercado de Capitais e Dívida Pública - tributação, indexação, alongamento*, organizado por Edmar Bacha e Luiz Chrysostomo de Oliveira, resgata um debate necessário, além de propor alternativas para efetiva existência de um mercado de longo-prazo. Nos moldes da publicação anterior, *Mercado de Capitais e Crescimento Econômico - lições internacionais, desafios brasileiros*, o livro reúne uma coletânea de artigos de renomados economistas e *players* do mercado financeiro e de capitais, vá-

rios deles diretamente ligados à condução da política macroeconômica dos últimos anos. São dois os textos-base. O primeiro, de Alkimar Moura, busca apresentar uma introdução à tributação no mercado financeiro e de capitais no Brasil. O segundo, de Márcio Garcia e Juliana Salomão, avalia possíveis lições para o Brasil, tendo em vista o processo de alongamento da dívida pública de Israel, México e Polônia.

A tarefa de Alkimar Moura é dificultada pelo emaranhado de detalhes tão característico de nossa tradição legal. Mesmo aqueles devidamente habituados aos jargões típicos dos mercados encontram dificuldades para compreensão dos pormenores estabelecidos no arcabouço do sistema tributário. Além disso, como bem ressalta o autor, as especificidades relativas ao funcionamento do mercado financeiro devem ser de antemão salientadas, sob pena de não se obter, por exemplo, uma estimativa precisa sobre a incidência tributária efetiva de um dado conjunto de agentes. É o caso da capacidade de arbitragem por parte dos mercados, amplificada a partir dos avanços do processo de globalização financeira, que dificulta a tributação dos mercados, mesmo em países desenvolvidos. Daí a chamada "natureza etérea" dos produtos financeiros, citada pelo autor.

Dado o alto grau de substituição entre esses produtos, o ônus tributário efetivo arcado pelos agentes pode ser completamente diferente da incidência nominal. Como exemplo, o autor menciona que um aumento do imposto de renda sobre juros pode ser compartilhado de diversas maneiras por depositantes, tomadores e investidores,